

A hegemonia da indiferença e a gênese das políticas públicas: o liberalismo da *City of London* em Ken Follett

Edson Leite de Campos Júnior

Graduado em Psicologia pela Universidade de São Paulo, Especialista em Políticas Públicas pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Atua como Especialista em Políticas Públicas na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo.

Dr. André Galindo da Costa

Doutor em Ciências da Integração da América Latina e mestre em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo. Docente da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCMSP, atua em temas como políticas públicas, orçamento público e gestão pública.

Dra. Antônio Conceição dos Santos

Doutora e mestre em Serviço Social pela PUC-SP. Docente da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCMSP, possui trajetória voltada ao controle social, à gestão democrática e às políticas públicas.

RESUMO

Este trabalho analisou as transformações no papel do Estado durante a Revolução Industrial britânica (1792-1824), tomando como objeto de estudo o romance *A armadura da luz*, de Ken Follett. Propôs o conceito original de Hegemonia da Indiferença para descrever o processo pelo qual a elite financeira da *City of London* normalizou a omissão estatal diante da crise social. Por meio de uma análise histórico-política, examinou como intelectuais orgânicos, como Malthus e Ricardo, converteram o sofrimento social em uma fatalidade econômica, sustentada por uma geografia do isolamento enraizada no legado institucional de Londinium. O estudo demonstrou que a omissão do Estado britânico operou como uma estratégia ativa que priorizou a eficiência fiscal-militar em detrimento do bem-estar da periferia industrial. Dentre os autores clássicos que subsidiaram esta análise crítica encontram-se: Ferguson, Gramsci, Hobsbawm, Lukács, Paine, Polanyi e Thompson. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo foi o estudo de caso narrativo com o intuito de realizar uma análise crítica do romance de Ken Follett para ilustrar de forma mais imersiva os conceitos teóricos.

Palavras-chave: Políticas públicas. Hegemonia da indiferença. Revolução industrial. Estado social. Império Britânico.

ABSTRACT

This paper analyzed the transformations in the role of the State during the British Industrial Revolution (1792-1824), using the novel *The armour of light* by Ken Follett as its object of study. It proposed the original concept of Hegemony of Indifference to describe the process through which the financial elite of the City of London normalized state omission in the face of social crisis. Through a historical-political analysis, it examined how organic intellectuals such as Malthus and Ricardo converted social suffering into an economic fatality, supported by a geography of isolation rooted in Londinium's institutional legacy. The study showed that British state omission operated as an active strategy that prioritized fiscal-military efficiency over the well-being of the industrial periphery. Among the classic authors who informed this critical analysis are Ferguson, Gramsci, Hobsbawm, Lukács, Paine, Polanyi, and Thompson. The methodology used to develop this study was a narrative case study With the aim of conducting a critical analysis of Ken Follett's novel to illustrate the theoretical concepts in a more immersive way.

Keywords: Public policy. Hegemony of indifference. Industrial revolution. Welfare state. British Empire.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento das políticas sociais na Inglaterra no século XIX foi resultante de um complexo conjunto de fatores. Entre eles, destaca-se a contradição fundamental entre a ideologia do liberalismo clássico, centrada no *laissez-faire* (Smith, 1996) e fortemente defendida pela elite política e financeira centrada em Londres, e a questão social, que emergia nas novas cidades industriais (Thompson, 1987) devido ao crescimento da pobreza e redução de políticas voltadas a essa população em razão do novo ideal liberal. Esta crise foi precedida e intensificada pelo processo de cercamentos (*enclosures*), que desarticulou a economia de subsistência rural e lançou massas despossuídas para as cidades industriais.

Tal aspecto se reforça quando se considera a geografia de poder particular da Inglaterra, que isolava o centro decisório (*City of London*) da periferia da crise, situada nas cidades industriais (Briggs, 1990). Essa característica não apenas permitiu a consolidação de uma hegemonia da indiferença, como também moldou a forma como a própria crise foi narrada e, eventualmente, confrontada.

Nesta pesquisa, propõe-se o conceito de Hegemonia da Indiferença para descrever o processo pelo qual a elite financeira da *City of London* normalizou a omissão estatal. Este conceito, embora devedor da perspectiva de Antonio Gramsci sobre a hegemonia cultural, é aqui operado para ilustrar como o silêncio diante da dor social converteu-se no senso comum da gestão pública britânica no século XIX. Para Gramsci, o domínio de uma classe não se exerce apenas pela coerção, mas pela construção de uma visão de mundo que naturaliza as relações de poder; assim, a indiferença estatal não foi uma ausência de política, mas sim uma forma ativa de organização hegemônica. Através do trabalho de pensadores como Malthus e Ricardo, a elite converteu o sofrimento social em uma justificativa econômica para a inevitabilidade da miséria. Dessa forma, tal visão de mundo se

tornou um obstáculo que imobilizou a reação social, transformando a omissão do Estado em uma diretriz de gestão aceita como verdade universal.

O romance histórico como gênero literário é um importante meio de acesso a essa complexidade mencionada. Por meio dele, é possível experienciar o cotidiano dos diversos estratos sociais do período abrangido, rompendo em parte o isolamento das mentalidades contrastantes entre o período focado no romance e o período em que o leitor se encontra. Nesse aspecto, a escolha do romance de 2023 *A armadura da luz*, de Ken Follett (Follett, 2023) se justifica como uma espécie de estudo de caso do período acima, uma vez que ele se passa entre os anos de 1792 e 1824 e abrange a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas (Hobsbawm, 1977), entre outros eventos históricos cruciais para o entendimento da necessidade dessas políticas sociais. Esta pesquisa utiliza a obra *A armadura da luz* como laboratório para observar a cristalização da indiferença estatal britânica e a sua excepcionalidade e o caráter excludente da via britânica na Revolução Industrial.

O presente trabalho tem como tema a Gênese da Regulação Estatal na Inglaterra do século XIX, analisada a partir da crise da hegemonia cultural do *laissez-faire*. A pesquisa investiga como a questão social, intensificada por vários fatores, destacando-se os diretamente relacionados à implementação da Revolução Industrial, foi moldada pela geografia de poder particular da Inglaterra, com a fratura entre a metrópole político-financeira de Londres e a periferia industrial, e como essa dinâmica implicou especificidades na forma que o liberalismo clássico e as posteriores novas demandas sociais e culturais decorrentes de suas contradições levaram à redefinição do papel do Estado.

Dessa forma, o problema central que norteia esta pesquisa é: De que maneira a crise social ilustrada no romance *A armadura da luz* expôs as contradições do *laissez-faire* e catalisou uma disputa ideológica que redefiniu o conceito de liberdade, forçando a criação das modernas políticas públicas?

A hipótese central é que a fratura geográfica entre centro e periferia foi um dos fatores decisivos para a sustentação da ideologia do *laissez-faire*, transformando a liberdade negativa (ausência de coerção) (Berlin, 2002) apregoada pelos ideais liberais e defendida pela elite financeira em uma coerção estrutural para a classe trabalhadora despossuída. Desse modo, as respostas sociais (como o início do que posteriormente pode ser caracterizado como o movimento sindical e o Cartismo, por exemplo) e culturais (como o conflito entre as diversas visões religiosas, como as relativas às correntes do protestantismo e a visão do movimento Metodista) funcionaram como uma contra-hegemonia que, ao traduzir a crise da periferia para o centro, iniciou uma guerra de posição, na acepção de Antonio Gramsci (Gramsci, 1999). Essa batalha cultural visava a construção de um novo senso comum baseado na liberdade positiva (a liberdade como capacidade) (Berlin, 2002), tornando a ascensão do Estado Social uma consequência historicamente favorecida, conforme analisado por Polanyi (2000).

O objetivo geral é analisar como a ascensão e crise social da Revolução Industrial, sob a geografia do poder e disputa de hegemonias, forçou a redefinição do papel do Estado e do conceito de liberdade, gerando a regulação social moderna.

Como objetivos específicos, busca-se: analisar a hegemonia cultural do *laissez-faire* e sua conexão com a liberdade negativa; utilizar o romance *A armadura da luz* como estudo de caso da coerção estrutural; investigar as respostas da sociedade civil como catalisadoras de novas políticas; e contextualizar a ascensão do Estado Social como a insti-

tucionalização de uma nova concepção de liberdade. O objeto de estudo é o romance histórico *A armadura da luz* (2023) de Ken Follett. A obra é utilizada como um tipo de estudo de caso narrativo, que permite analisar a experiência vivida da crise social na periferia, sob o impacto das políticas e ideologias emanadas do centro de poder.

A relevância desta pesquisa se relaciona à contemporaneidade do assunto, uma vez que os conflitos ideológicos e sociais existem em qualquer período histórico. Assim, uma abordagem interdisciplinar do assunto, envolvendo políticas públicas, história, filosofia política e estudos literários permite uma visão mais ampla do tema, auxiliando a compreensão de dilemas atuais sobre a regulação da tecnologia e a precarização do trabalho.

Em relação ao tipo de metodologia de pesquisa trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e interdisciplinar, que combinará três métodos principais: a) Pesquisa Bibliográfica: em fontes da história social e econômica (Thompson, 1987; Hobsbawm, 1977), da teoria de políticas públicas (Polanyi, 2000) e da filosofia política (Hayek, 2010; Berlin, 2002; Gramsci, 1999); b) Estudo de Caso Narrativo: análise crítica do romance de Ken Follett para ilustrar de forma mais imersiva os conceitos teóricos; c) Análise Conceitual e Comparativa: aplicação do referencial teórico da hegemonia cultural de Gramsci e do debate sobre as liberdades para analisar os eventos históricos, comparando o modelo inglês com os de outros países quando pertinente.

Estruturalmente, o trabalho divide-se em quatro capítulos, sendo o primeiro essa introdução. O segundo analisa a geografia do isolamento e o rentismo da *City of London*; o terceiro utiliza a obra de Follett para personificar a crise e a coerção estrutural; e, por fim, as considerações finais sintetizam a transição para a regulação social moderna como resposta ao limite biológico da periferia.

2 A HEGEMONIA DO *LAISSEZ-FAIRE* E A GEOGRAFIA DO ISOLAMENTO

Para entender o desenvolvimento da ideologia do *laissez-faire*, é fundamental considerar a organização espacial da Inglaterra industrial e o isolamento institucional da *City of London*, que remonta ao período romano (Briggs, 1990). Este isolamento não era apenas geográfico, mas uma complexa arquitetura de poder que permitiu um alto grau de desumanização na exploração das forças produtivas (Thompson, 1987). Assim, a excepcionalidade de Londres se manifesta desde a fundação de *Londinium* (c. 47 d.C.), que, diferente de outros centros urbanos da província de Britânia, foi constituída como um *emporium*, servindo como um nó logístico estratégico onde a riqueza extraída da ilha era convertida em fluxos financeiros para Roma (Briggs, 1990). Nota-se, dessa forma, que a preocupação de uma insurreição da periferia contra esse centro financeiro, que posteriormente originou a *City of London*, possui raízes históricas profundas, evidenciadas na rebelião celta liderada pela rainha Boadicea (60-61 d.C.), que incendiou *Londinium* e massacrôu seus habitantes, provando aos governantes que a metrópole mercantil precisava ser constantemente blindada contra a fúria e o desespero dos povos explorados em seu entorno (Briggs, 1990).

Essa geografia do poder e do medo foi selada fisicamente através de grandes barreiras defensivas e administrativas, como o Muro de Adriano (122 d.C.) e o Muro de Antonino (142 d.C.). Estas estruturas foram construídas não apenas para fins militares contra as tribos caledônias e os povos do norte, que os cronistas romanos posteriormente chamariam de pictos devido ao costume de pintar ou tatuar os corpos, mas como complexos instrumentos de gestão de fronteira e identidade (Briggs, 1990). As tribos pictas operavam

por meio de uma confederação descentralizada e dominavam táticas de guerrilha em terrenos acidentados, tornando as tentativas de conquista definitiva das *Highlands* um dre-
no financeiro e logístico insustentável para as legiões de Roma (Thompson, 1987). Dessa
forma, as muralhas funcionavam como postos de alfândega, demarcando o limite civiliza-
tório abrigado pela *Pax Romana* e isolando o núcleo administrativo da região produtiva e
indomada do Norte da Ilha (Thompson, 1987). Esta fratura milenar entre um centro finan-
ceiro protegido no Sul e uma periferia conflituosa estabeleceu a base estrutural para o que
esta pesquisa denomina como *geografia do isolamento*, um modelo de segregação que se-
ria reativado séculos depois pela elite industrial para manter a miséria operária fora de seu
campo de visão (Briggs, 1990).

Desse modo, essa autonomia institucional, posteriormente reivindicada em função
do *Writ* de 1067, o Mandado de Guilherme, o Conquistador, permitiu que a região operas-
se como um verdadeiro Estado dentro do Estado (Karn, 2023). O referido mandado é fre-
quentemente citado na historiografia como a primeira carta de privilégios da *City of Lon-
don*, embora não deva ser lido como um pacto de unidade nacional, mas sim como uma
intervenção estatal para mediar conflitos étnicos internos, cuja posterior transformação
em uma carta de liberdades no século XIV exemplifica a capacidade de reinterpretar ins-
trumentos de controle soberano em ferramentas de autonomia (Karn, 2023). Tal condição
consolidou uma insularidade política e jurídica que culminou na *Corporation of London*,
uma entidade cuja consolidação foi um processo multissecular que evoluiu significativa-
mente em 1189 com a criação do cargo de *Mayor* em substituição ao *Portreeve* de nomea-
ção real (Briggs, 1990). A formalização da metrópole como um corpo corporativo amadu-
receu apenas no século XIV, e, aliada à figura estratégica do *Remembrancer* no Parlamen-
to, instituída no século XVI, resultou em uma proteção jurídica que resguardou o centro fi-
nanceiro de pressões sociais vindas das massas operárias, convertendo a autonomia histó-
rica em uma ferramenta de preservação da indiferença estatal (Briggs, 1990; Karn, 2023).

Esse cenário era reforçado por um isolamento econômico local, havendo uma cla-
ra distinção entre o capital rentista da *City* e o capital produtivo do Norte (Allen, 1992).
A prioridade absoluta do capital rentista em relação à estabilidade do padrão-ouro e à va-
lorização da moeda ocorria em detrimento da sobrevivência material dos trabalhadores,
cujas existências eram reduzidas a métricas em planilhas de cálculos de custos operacio-
nais (Thompson, 1987). Essa visão matemática da economia foi profundamente influen-
ciada pela atuação de Isaac Newton que, como membro da *Royal Society of Science* e no-
meado Mestre da Casa da Moeda no final do século XVII, aplicou a mesma previsibili-
dade mecanicista e rigor exato da física à economia britânica, sendo fundamental na ins-
tauração das bases do padrão-ouro em 1717 (Ferguson, 2008). Por fim, a rigidez das leis
de construção e o custo proibitivo da terra na *City* funcionaram como um mecanismo de
cercamento urbano, expulsando as fábricas emergentes para as periferias e servindo como
uma barreira física contra insurreições, o que permitiu que a elite financeira decidisse o
destino da nação sem o ruído visual da miséria que suas próprias políticas ajudavam a
aprofundar (Briggs, 1990).

Nesse desenho geográfico, os cercamentos, conhecidos como *enclosures*, atua-
ram como a infraestrutura de expulsão necessária para a nova ordem econômica, figu-
rando como a materialidade da expropriação, enquanto a *City of London* representava a
abstração do capital (Allen, 1992). De acordo com a historiografia econômica, os cerca-
mentos parlamentares foram intensificados entre 1760 e 1830, envolvendo mais de qua-
tro mil atos legislativos que privatizaram cerca de 2,7 milhões de hectares de terras co-

munais (Thompson, 1987; Allen, 1992). Este processo foi o verdadeiro motor da acumulação primitiva descrita por teóricos econômicos, uma vez que, ao converter terras comunitais em propriedade privada para fins de produtividade em larga escala, o Estado destruiu direitos consuetudinários de pastagem e coleta (Allen, 1992). Consequentemente, o Estado não apenas aumentou o rendimento agrícola para os proprietários rentistas, mas acabou produzindo o excedente populacional necessário para impor uma pressão deflacionária sobre os salários industriais, privando o camponês de sua autonomia de subsistência e forçando-o a vender sua força de trabalho sob condições de penúria nas fábricas do Norte (Thompson, 1987).

2.1 AS RAÍZES POLÍTICAS DO RENTISMO DA *CITY OF LONDON*

Com a eclosão da Revolução Puritana (1642-1651), demonstrou-se a capacidade da *City of London* de asfixiar financeiramente a Coroa, processo que culminou na Revolução Gloriosa de 1688 (Hobsbawm, 1977). O Parlamento britânico, dominado pela elite financeira e pela aristocracia, impôs a assinatura da *Bill of Rights* (1689) como condição para a ascensão de Guilherme de Orange ao trono, uma escolha que não deve ser lida apenas como preferência religiosa, mas como manobra estratégica da elite rentista (Ferguson, 2008). Conforme defendido por Niall Ferguson e Jonathan Israel, a ascensão de Guilherme representou a importação do modelo financeiro de Amsterdã para o solo britânico, uma vez que, ao contrário dos monarcas anteriores, ele operava sob a lógica do contrato e do crédito (Ferguson, 2008). Dessa forma, a sua vinda foi o mecanismo que permitiu à *City of London* converter a soberania política em estabilidade financeira, inaugurando a chamada Revolução Financeira que sustentaria o poderio britânico nos séculos seguintes e estabeleceria o golpe definitivo no absolutismo inglês (Ferguson, 2008). Na prática, a soberania política foi transferida para os detentores de propriedade, definindo que o monarca não poderia cobrar impostos nem manter exércitos sem autorização legislativa, entregando assim o controle do caixa do governo aos financistas da metrópole (Ferguson, 2008).

A fundação do Banco da Inglaterra (1694), logo após a vitória da Revolução Gloriosa, selou esse pacto de poder, permitindo que a *City* passasse a financiar o Estado britânico, especialmente no esforço de guerra contra a França (Ferguson, 2008). Esse modelo de crédito tornou-se sustentável através de uma inovação institucional profunda, na qual a dívida deixou de ser vinculada à pessoa física do Rei, o que tornava o empréstimo arriscado e sujeito a calotes sucessórios, e passou a ser estruturada como uma Dívida Pública Nacional (Ferguson, 2008). Este novo conceito de dívida garantia segurança absoluta ao investidor, uma vez que o Parlamento empenhava a arrecadação tributária da nação para o pagamento inquestionável dos juros aos credores (Ferguson, 2008). Criava-se, desse modo, uma simbiose institucional onde o Estado se tornava o garantidor do lucro rentista da *City*, extraindo recursos da população geral através de impostos sobre o consumo básico para remunerar o capital da elite financeira (Thompson, 1987).

Tal simbiose financeira transformou o Estado britânico em um devedor perpétuo da própria elite que o governava, submetendo as decisões políticas aos interesses do mercado de títulos (Ferguson, 2008). Ao converter a soberania política em estabilidade para o capital rentista, a *City of London* estabeleceu uma hierarquia de prioridades onde o serviço da dívida pública tornou-se o compromisso primário e indiscutível do governo (Polanyi, 2000). Para que essa transferência contínua de recursos da base tributária para os credores do centro fosse sustentável, era necessário deslegitimar qualquer demanda por gas-

tos sociais ou auxílio aos mais vulneráveis (Thompson, 1987). É exatamente nesse cenário de prioridade fiscal absoluta que a elite financeira encontrou no *laissez-faire* não apenas uma teoria econômica, mas a ferramenta intelectual perfeita para converter a necessidade pragmática de economizar no social em uma virtude moral de não intervenção estatal (Polanyi, 2000).

2.1.1 A economia de guerra e a indiferença seletiva

O modelo de crédito nacional citado acima assumiu sua forma mais intensa durante as Guerras Napoleônicas (1792-1815). Nesse período, a *City of London* operou não apenas como centro financeiro, mas como o motor de uma economia de guerra rentista ao converter os esforços da guerra em títulos da dívida pública, uma vez que o Estado dispunha de recursos limitados para esse conflito (Ferguson, 2008). Esses títulos possuíam baixo risco e alta rentabilidade para os investidores, pois eram pagos rigorosamente através de impostos sobre o consumo básico da população (Thompson, 1987). Assim, enquanto o Bloqueio Continental asfixiava a indústria têxtil na periferia, a elite financeira fortalecia sua supremacia através desse fornecimento de crédito à Coroa, além do controle de contratos militares frequentemente com grande índice de corrupção (Hobsbawm, 1977).

Dessa forma, a economia de guerra britânica institucionalizou o que a historiografia denomina *Old Corruption*, onde o fornecimento de uniformes e insumos militares não seguia a lógica da eficiência de mercado apregoada pelo *laissez-faire*, mas sim redes de parentesco e patronagem política entre o Parlamento e a *City of London* (Thompson, 1987). Através do sistema de *off-reckonings*, coronéis lucravam com a compra de tecidos baratos (*shoddy*) para uniformes, desviando a verba excedente em uma simbiose predatória que envolvia parlamentares e mercadores da metrópole (Follett, 2023). Essa prática era protegida por fiscais indicados politicamente que aceitavam insumos degradados mediante suborno, provando que, enquanto a periferia industrial era explorada para produzir sob salários baixíssimos, o centro decisório lucrava com contratos superfaturados e materiais de baixa qualidade (Thompson, 1987). A indiferença estatal diante da fome era, dessa maneira, o silêncio necessário para que essa engrenagem de nepotismo e rentismo militar continuasse a extrair riqueza da base produtiva da nação (Polanyi, 2000).

Nota-se, portanto, que a venda de tecidos para uniformes e provisões para o exército também ilustrava a seletividade da intervenção estatal britânica (Thompson, 1987). O Estado intervinha ativamente para garantir o lucro dos fornecedores militares da metrópole, mas declarava-se impedido de agir perante a inflação crescente que atingia o operariado e as forças produtivas (Hobsbawm, 1977). A apatia ao social era, dessa forma, o mecanismo necessário para manter a solvência do esforço bélico e a remuneração constante dos títulos da dívida pública pertencentes à elite (Ferguson, 2008).

2.2 A ROYAL SOCIETY E A PROTEÇÃO CIENTÍFICA DA INDIFERENÇA

A fundação da Royal Society of London em 1660 não representou apenas um marco institucional para a ciência, mas estabeleceu uma profunda reconfiguração na forma como a sociedade britânica passou a aceitar e validar a verdade (Hobsbawm, 1977). Ao adotar um preceito empírico que exigia a ausência de submissão à palavra alheia, a instituição promoveu a separação radical entre a investigação do mundo e os julgamentos morais que até então limitavam a exploração da natureza (Polanyi, 2000). Essa nova visão de

mundo estabeleceu que o universo funcionava como um relógio mecanicista regido por leis cegas e exatas, o que forneceu o arcabouço intelectual perfeito para que a elite rentista passasse a enxergar as próprias forças produtivas humanas como meras engrenagens calculáveis e descartáveis no motor do progresso nacional (Thompson, 1987).

A influência dessa racionalidade mecanicista atingiu seu ápice teórico e prático com as formulações de Isaac Newton, que presidiu a referida sociedade científica e cujas leis físicas de previsibilidade foram indispensáveis para o futuro desenvolvimento do maquinário da Revolução Industrial (Ferguson, 2008). Newton não apenas forneceu a base matemática para a engenharia técnica, mas também impactou diretamente a arquitetura financeira britânica ao atuar como Mestre da Casa da Moeda, momento em que ajudou a pavimentar o caminho para a consolidação do padrão-ouro que blindou a economia rentista da metrópole (Ferguson, 2008). Essa transposição implícita das leis naturais da física para o campo social serviu de espelho para os economistas posteriores, permitindo que a frieza implacável da lei da gravidade fosse utilizada como metáfora e justificativa para as supostas leis naturais do mercado, isentando o Estado de qualquer responsabilidade moral perante a pobreza (Polanyi, 2000).

Para garantir a manutenção dessa ordem ideológica, a criação da revisão por pares, ou peer review, pode ser interpretada, sob uma ótica gramsciana, como um poderoso mecanismo de proteção institucional da ciência e dos próprios intelectuais perante a sociedade civil (Gramsci, 1999). Embora essa ferramenta metodológica tenha nascido com o objetivo primário de garantir o rigor empírico, na prática do século XIX ela funcionou como um deslocamento de responsabilidade epistêmica, convertendo as opiniões e incertezas da elite pensante em um consenso acadêmico inquestionável (Thompson, 1987). Dessa forma, teorias de forte impacto social, baseadas em premissas de uma época específica, como o pessimismo biológico malthusiano ou a restrição salarial ricardiana, foram resguardadas contra as críticas éticas da periferia, pois o ataque à miséria deixou de ser visto como uma luta contra a cobiça do capital para se tornar um questionamento estéril contra leis irrefutáveis validadas pela ciência (Polanyi, 2000).

Esse sistema de validação acadêmica revelava uma profunda assimetria, operando como um controle rigoroso de acesso onde os pares avaliadores pertenciam em grande parte à mesma aristocracia e elite financeira que lucrava com a insensibilidade estatal (Gramsci, 1999). Consequentemente, a comunidade científica cancelava prontamente as inovações tecnológicas que aumentavam a produtividade fabril, mas tendia a rejeitar ou ignorar de forma sistemática qualquer pesquisa empírica que denunciasses o esgotamento biológico e estrutural das forças produtivas, justificando a exclusão sob o pretexto de falhas metodológicas (Thompson, 1987). Essa dinâmica histórica comprova que a ciência institucionalizada atuou como o grande escudo da hegemonia da indiferença, oferecendo o álibi técnico perfeito para que o Estado britânico justificasse a omissão social como uma obediência inelutável aos dogmas sagrados do suposto progresso técnico (Hobsbawm, 1977).

2.3 LAISSEZ-FAIRE, ADAM SMITH E O USO ESTRATÉGICO DE MALTHUS E RICARDO

Um aspecto digno de nota em relação ao conceito de *laissez-faire* é que, embora indissociável da figura de Adam Smith na imaginação popular, este é originalmente uma construção fisiocrata francesa (Polanyi, 2000). Smith advogava por um sistema de liber-

dade natural que visava dismantelar privilégios mercantilistas, e não a criação de um vácuo de proteção para as forças produtivas (Smith, 1996). A adoção desse termo pela elite financeira britânica serviu, nesse sentido, para revestir de autoridade científica uma política de omissão estatal deliberada diante das crises sociais da Revolução Industrial (Hobsbawm, 1977). Ao classificarem os trabalhadores como a Classe Estéril, os fisiocratas forneceram o alibi teórico para a desoneração moral do Estado, operando uma distorção estratégica onde a atividade industrial foi elevada à categoria produtiva por excelência para justificar o lucro, enquanto o trabalhador permaneceu enclausurado na esterilidade estatística, reduzido a um mero custo de subsistência a ser minimizado (Quesnay, 1996).

Diferente dos fisiocratas originais, que reconheciam a necessidade de capitalizar a classe produtiva rural, a elite industrial e financeira britânica aprofundou a insensibilidade estatal (Quesnay, 1996). François Quesnay distinguia a *Petite Culture*, formada por camponeses pobres em nível de subsistência, da *Grande Culture*, composta por fazendeiros ricos, defendendo a última por permitir o reinvestimento e a geração de excedentes (Quesnay, 1996). Para os fisiocratas, a miséria camponesa era um desastre econômico que impedia a reprodução do sistema, mas essa visão foi ignorada na Inglaterra, onde a transição foi pavimentada pelo fracasso estratégico de tentativas paternalistas anteriores, como o Sistema Speenhamland de 1795 (Polanyi, 2000). Criado sob a pressão da alta no preço do pão, este modelo previa que os contribuintes complementassem os salários insuficientes para um mínimo de subsistência através de um subsídio, mas sob a supremacia liberal, tornou-se uma armadilha onde os empregadores reduziram os salários nominais, transformando o auxílio público em um subsídio indireto ao lucro privado (Polanyi, 2000). Além disso, sem incentivo à produção, o Speenhamland serviu para intelectuais como Malthus e Ricardo como a prova de que a caridade estatal apenas corrompia o mercado, fornecendo o argumento moral para o futuro desmonte de qualquer suporte social (Malthus, 1982).

Com relação a Adam Smith, o conceito de Leis Naturais apresentado em sua obra *A riqueza das nações* é frequentemente mal interpretado e distorcido pela hegemonia liberal do período (Smith, 1996). A não intervenção defendida por Smith visava dismantelar barreiras específicas de 1776, como os subsídios reais, as Leis de Aprendizado que barravam o acesso do pobre ao trabalho e as Leis de Assentamento que impediam a migração entre paróquias (Smith, 1996). Para o autor, essas intervenções estatais arbitrárias eram as verdadeiras causas da miséria e do privilégio mercantilista, de modo que ele identificava uma profunda assimetria institucional onde o Estado proibia a organização dos trabalhadores enquanto silenciava diante das combinações dos empregadores (Smith, 1996). Desse modo, essa visão de não intervenção foi transformada em uma justificativa científica para o empobrecimento, ignorando seu preceito fundamental de que o bem-estar das forças produtivas é a única medida real de uma nação florescente (Smith, 1996).

Para fortalecer essa arquitetura da indiferença, a elite britânica encontrou em David Ricardo o arcabouço matemático perfeito para suas ambições (Ricardo, 1982). Ricardo foi a voz da *City of London* no Parlamento, e sua teoria sobre a renda da terra e os salários forneceu a base para o modelo de livre-comércio britânico que priorizava a importação de alimentos baratos para manter os salários industriais no nível mínimo, beneficiando diretamente os detentores de capital financeiro em detrimento da proteção social do trabalhador (Ricardo, 1982). Ele formulou a Lei de Ferro dos Salários, estipulando que a remuneração tenderia naturalmente ao nível mínimo de subsistência devido à pressão populacional e à competição (Ricardo, 1982). Para a elite industrial, Ricardo ofereceu o alibi perfeito: se o aumento salarial acima da subsistência era economicamente impossível e inútil

a longo prazo, a miséria operária deixava de ser uma questão moral para se tornar uma fatalidade aritmética inevitável e uma necessidade técnica (Hobsbawm, 1977).

A face mais visível dessa indiferença estatal materializou-se nas Leis dos Cereais, conhecidas como *Corn Laws* (Thompson, 1987). Enquanto Ricardo pregava que o salário deveria ser mantido no mínimo biológico, o Parlamento impunha tarifas protecionistas que mantinham o preço do trigo e do pão artificialmente elevados para proteger a renda da aristocracia rural e dos investidores da *City* (Briggs, 1990). O Estado, portanto, intervinha ativamente para garantir o lucro da elite, enquanto se declarava impedido de intervir para aliviar a fome das massas (Thompson, 1987). Durante as Guerras Napoleônicas, a gestão do preço do trigo ilustrou a ruptura definitiva entre o interesse fiscal e a sobrevivência popular, pois grandes quantidades de grãos eram exportadas para suprir tropas ou vendidas a mercados estrangeiros por preços altos, enquanto o mercado interno sofria com a escassez (Hobsbawm, 1977). Essa dinâmica gerou reações que Thompson define como Economia Moral, onde a periferia respondia com ataques a navios e saques a armazéns para impor à força um preço justo sobre o preço de mercado, sendo duramente reprimida pelo braço pesado do Estado, que tratava o desespero alimentar como ameaça à segurança dos investimentos (Thompson, 1987).

Cabe considerar que a batata desempenhou um papel crucial para a Revolução Industrial e para a manutenção dessa hegemonia (Polanyi, 2000). Por ser um alimento de alto rendimento calórico e baixo custo de produção, ela permitiu que a elite financeira justificasse a manutenção de salários em níveis ínfimos, empurrando as forças produtivas para o seu consumo exclusivo (Thompson, 1987). A dependência extrema desse monocultivo, contudo, se mostrou catastrófica durante a Grande Fome Irlandesa em 1845 (Hobsbawm, 1977). Enquanto a população morria em grande número devido à praga que destruiu as colheitas, a *City of London* manteve as exportações de grãos da Irlanda para o mercado externo e recusou-se a intervir de forma direta, sob o álibi malthusiano de que o auxílio estatal apenas prolongaria o sofrimento de uma população tida como excedente (Polanyi, 2000).

O pensamento de Thomas Malthus foi fundamental para essa inércia, especialmente por ele ser um clérigo da Igreja Anglicana, instituição que fornecia forte apoio às elites da época (Malthus, 1982). As *Poor Laws*, ou Leis dos Pobres, constituíam o sistema de assistência social inglês cujas raízes remontavam a 1601, operando via paróquias para prover auxílio aos despossuídos (Briggs, 1990). Malthus tornou-se o crítico mais feroz deste modelo, argumentando que o auxílio domiciliar incentivava a imprudência reprodutiva dos pobres, agravando a escassez de alimentos e mantendo os salários artificialmente baixos (Malthus, 1982). Segundo sua visão impregnada de viés religioso, Deus criou um mundo onde a população cresce mais rápido que a comida para forçar o homem a trabalhar e evitar o vício da reprodução descontrolada, de modo que a assistência social era uma armadilha que impedia a natureza de exercer seu papel regulador (Malthus, 1982). Assim, se a fome era uma ferramenta divina para disciplinar os mais pobres, qualquer ajuda estatal era vista como uma rebelião contra as leis naturais, servindo de base ideológica para a posterior reforma de 1834, que substituiu o auxílio pela internação punitiva (Malthus, 1982).

A arquitetura da indiferença não se sustentava apenas economicamente, pois exigia um suporte subjetivo que disciplinasse a conduta do trabalhador através da paisagem religiosa da Revolução Industrial (Thompson, 1987). Enquanto a Igreja Anglicana fornecia o suporte teológico direto à elite rentista justificando a hierarquia social como ordem divina, vertentes como o Metodismo focavam na reforma moral do indivíduo, promoven-

do a disciplina necessária ao ambiente fabril (Thompson, 1987). O Metodismo desempenhou um papel ambivalente, pois, se por um lado oferecia redes de solidariedade e alfabetização, por outro, sua ênfase na sobriedade e na resignação foi utilizada pela hegemonia liberal para produzir o operário ideal: autovigilante, abstinência e menos propenso a insurreições violentas (Follett, 2023). É relevante notar que o Catolicismo permanecia marginalizado legalmente na Inglaterra até 1829, associado a imigrantes irlandeses, deixando o espaço livre para que as estruturas de organização metodistas servissem involuntariamente como laboratório para futuras estruturas sindicais, mesmo enquanto a promessa de recompensa metafísica complementava a omissão estatal perante a privação material (Thompson, 1987).

Paradoxalmente, a ética humanista de Adam Smith encontrou uma ressonância muito maior na futura crítica social de Karl Marx do que no pessimismo biológico de Thomas Malthus (Polanyi, 2000). Embora partam de matrizes ideológicas opostas, tanto Smith quanto Marx utilizaram a Teoria do Valor-Trabalho como fundamento analítico e diagnosticaram a degradação mental do operário submetido à extrema divisão das tarefas fabris. A elite industrial e rentista da City of London, contudo, operou uma apropriação seletiva (Hobsbawm, 1977): preservou o imperativo técnico do aparato produtivo, mas o despiu de sua responsabilidade social original, substituindo-a pelo determinismo malthusiano e ricardiano através da atuação de seus intelectuais orgânicos, os quais justificaram a barbárie institucionalizada ao transformarem a cobiça de classe em ciência exata (Thompson, 1987). Dessa forma, tal insensibilidade não foi apenas uma falha moral ocasional, mas uma construção híbrida e ativa que utilizava a eficiência de Smith para gerar lucro e a biologia de Malthus para negar de forma sistemática o socorro aos mais vulneráveis (Polanyi, 2000).

2.4 A MÃO INVISÍVEL E O BRAÇO PESADO

Um outro aspecto que fortaleceu administrativamente essa Hegemonia da Indiferença foi o utilitarismo de Jeremy Bentham, que retirou a economia do campo da filosofia moral e a inseriu no campo da engenharia social (Bentham, 1974). Ao instituir o cálculo da maior felicidade para o maior número e associar esse conceito com a ideia de Nação (muito associado com a ideia de Nação Fiscal relativa ao Bill of Rights), o Estado britânico passou a tratar o sofrimento das forças produtivas como um custo aceitável para o progresso da riqueza nacional (Polanyi, 2000). Essa lógica forneceu o embasamento para a Lei de Emenda à Lei dos Pobres de 1834, conhecida como *New Poor Law*, que contribuiu fortemente para a institucionalização definitiva do pensamento malthusiano e utilitarista na gestão pública britânica (Bentham, 1974). A referida reforma extinguiu o tradicional auxílio domiciliar, denominado *outdoor relief*, e centralizou a assistência nas temidas casas de trabalho, ou *workhouses*, transformando a assistência pública, que deixou de visar o alívio da pobreza para tornar-se um mecanismo deliberado de opressão e disciplina da mão de obra (Thompson, 1987). O pilar central desse novo sistema era o princípio da menor elegibilidade, ou *less eligibility*, o qual ditava que as condições de vida do assistido deveriam ser propositalmente mais penosas e degradantes do que as do trabalhador independente de menor salário (Bentham, 1974).

Desse modo, o Estado intervinha não para aliviar a miséria, mas para forçar a submissão ao mercado de trabalho precário como a única alternativa de sobrevivência, utilizando amplamente o conceito de panóptico social nas *workhouses* (Bentham, 1974). Ori-

ginalmente pensado para prisões, fábricas e hospitais, o panóptico consistia em edifícios com uma estrutura circular onde um único guarda no centro poderia ver todos os internos sem ser visto, forçando o indivíduo a se autopoliciar pela incerteza da vigilância constante (Bentham, 1974). Dessa forma, a vida de quem recebia auxílio do Estado tornava-se, na prática, mais insalubre do que a vida na pior fábrica, submetendo os internos a regras rígidas onde famílias inteiras eram separadas, cabelos eram cortados de forma vexatória e roupas idênticas de tecido áspero eram exigidas (Follett, 2023). O ambiente impunha a quebra psicológica dos despossuídos, com a exigência frequente de silêncio absoluto e trabalhos extenuantes, além de diversos tipos de abusos tolerados pelo sistema, uma vez que o mestre da instituição, ou *Workhouse Master*, detinha poder quase irrestrito sobre a alimentação, os castigos físicos e o isolamento dos indivíduos (Follett, 2023).

2.5 A REAÇÃO DA PERIFERIA: DA QUEBRA DE MÁQUINAS AO DIREITO AO VOTO

A hegemonia da indiferença não se consolidou sem resistências. A periferia industrial respondeu à coerção estrutural através de movimentos que Gramsci caracterizaria como uma embrionária guerra de posição (Gramsci, 1999). Assim, o grito de *Pão e Paz!* durante o ataque à carruagem de George III em 1795 representou a primeira ruptura dessa hegemonia (Thompson, 1987). Ao conectar a escassez alimentar (pão) à política de guerra (paz), a periferia urbana desmascarou a economia rentista da *City of London*, demonstrando para a elite que aquele não era apenas um protesto por comida, mas um desafio direto à lógica do Estado Fiscal-Militar (Thompson, 1987). O susto institucional com o ataque ao monarca serviu de álibi imediato para a aprovação das *Gagging Acts*, ou Leis da Mordança, que restringiram o direito de reunião e prepararam o terreno para a criminalização absoluta da insurgência (Hobsbawm, 1977).

Diante dessa repressão e da posterior criminalização imposta pelas *Combination Acts* (1799), a resistência proletária foi forçada à clandestinidade, assumindo a forma de *Trade Unionism in disguise* (Thompson, 1987). Através das Sociedades de Socorro Mútuo (*Friendly Societies*), os trabalhadores converteram redes de solidariedade paroquial em embriões sindicais, utilizando o pretexto da assistência mútua para financiar greves e articular defesas coletivas. Esse fenômeno ilustra que, enquanto a elite financeira da City exercia sua supremacia através da lei e do isolamento, a periferia industrial construía sua contra-hegemonia no cotidiano, transformando espaços de sociabilidade informal, como pubs, clubes de leitura e capelas metodistas, em autênticas trincheiras de uma guerra de posição gramsciana (Gramsci, 1999).

É importante notar que, embora as *Combination Acts* tenham sido ratificadas em 1799, no limiar da ascensão napoleônica, elas representam o ápice de um pânico contra-revolucionário iniciado em 1789 (Hobsbawm, 1977). O medo do contágio jacobino, que assombrava a elite britânica desde a queda da Bastilha e se intensificara com o Terror francês de 1793, serviu de base para uma década de repressão (Hobsbawm, 1977). Dessa forma, em 1799, o Estado apenas formalizou o que já era uma prática de vigilância, consolidando a criminalização da união dos trabalhadores sob o álibi da segurança nacional, e garantindo que qualquer tentativa de organização na periferia industrial fosse esmagada antes que pudesse mimetizar o radicalismo francês (Thompson, 1987).

Nesse contexto de asfixia legal, o Ludismo surge não como um medo irracional da tecnologia, mas como uma reação política à desarticulação das formas tradicionais de orga-

nização das forças produtivas e à degradação da técnica artesanal (Thompson, 1987). Foi a resposta de quem, impedido de se associar legalmente, viu na quebra da máquina o único meio de negociação possível para defender sua sobrevivência (Thompson, 1987). Consequentemente, a revogação das *Combination Acts* em 1824 deve ser lida como o primeiro reconhecimento da derrota da repressão pura pelo Estado (Hobsbawm, 1977). Após décadas de Ludismo e insurgências clandestinas, a elite da *City* percebeu que a mordaza legal não impedia a organização, mas apenas a radicalizava, de modo que a legalização dos sindicatos foi a primeira alteração pragmática no papel estatal (Thompson, 1987). Essa mudança sinalizou a transição da criminalização absoluta para uma regulação incipiente que buscava canalizar o conflito para a negociação institucional, antecipando as tensões que culminariam no movimento Cartista de 1838 e na exigência de representação política direta, pautada no sufrágio universal e na representação parlamentar (Hobsbawm, 1977).

É importante ressaltar que a manutenção da hegemonia da indiferença encontrou um limite pragmático na própria sobrevivência do poderio britânico (Polanyi, 2000). Durante as sucessivas convocações para as Guerras Napoleônicas, o Estado deparou-se com uma realidade alarmante, pois a massa de recrutas proveniente dos distritos industriais apresentava níveis de desnutrição e deformidades físicas que os tornavam inaptos para o serviço militar (Hobsbawm, 1977). Esse fenômeno de deterioração física atestou de forma inequívoca que o *laissez-faire* radical estava consumindo o capital biológico da nação (Polanyi, 2000). As primeiras formas de intervenção e assistência em saúde deixaram de ser uma concessão ética para tornar-se um imperativo de Eficiência Nacional, pois o Estado percebeu que precisava de indivíduos minimamente saudáveis para garantir a defesa do Império e a produtividade das fábricas (Hobsbawm, 1977).

A transição da força bruta para a inteligência técnica é outro elemento que forçou a revisão do papel estatal (Thompson, 1987). Assim, a introdução de tecnologias sofisticadas, como o Tear de Jacquard, que utilizava cartões perfurados para automatizar padrões complexos, exigia um novo tipo de trabalhador, dotado de instrução e capacidade analítica (Follett, 2023). A constatação de que o sistema de exploração exaustiva estragava talentos necessários, reduzindo operários a meras peças descartáveis e sem instrução, reforçou o debate sobre a necessidade inadiável de uma política educacional que acompanhasse o progresso tecnológico imposto pela Revolução Industrial (Thompson, 1987).

2.6 A RUPTURA DA INDIFERENÇA: O LIMITE BIOLÓGICO E A GÊNESE DA REGULAÇÃO

A verdadeira gênese necessária das políticas públicas sistêmicas ocorreria apenas quando a crise da periferia afetou diretamente a *City*. As epidemias de Cólera de 1832 provaram que a Geografia do Isolamento não protegia as elites das doenças. Simultaneamente, o surgimento do Cartismo em 1838 elevou o tom da disputa: o operariado não desejava mais apenas o pão ou o direito de se associar, mas a representação política direta. Dessa forma, o medo da infecção biológica e o medo da revolução institucional acabou por tornar as políticas sociais fundamentais. O Estado liberal se viu forçado a institucionalizar a saúde e a instrução pública como uma estratégia de preservação da ordem capitalista (Polanyi, 2000).

A resposta administrativa definitiva a essa situação veio com o Relatório Chadwick (1842). Edwin Chadwick, influenciado pelo utilitarismo de Bentham, utilizou a estatística para provar que a insalubridade gerava um ônus fiscal insuportável: era mais ba-

rato investir em saneamento do que sustentar os órfãos e indigentes gerados pela morte precoce dos trabalhadores. Ou seja, ele provou matematicamente que a sujeira e a doença geravam custos econômicos maiores do que o investimento em saneamento (Hobsbawm, 1977).

Dessa forma, tal Relatório transformou a dor social em um custo operacional. Ao demonstrar que a expectativa de vida de um operário em áreas insalubres era de apenas 16 anos, Chadwick colocou em dúvida o argumento malthusiano de que a morte era uma fatalidade natural. A saúde pública surgiu, nesse sentido, como uma manutenção de infraestrutura sistêmica, culminando na Lei de Saúde Pública de 1848 e na institucionalização do Estado como gestor da vida biológica da população (Polanyi, 2000).

É interessante ressaltar que a gênese das políticas sociais modernas tende a confirmar a tese de Karl Polanyi (2000) sobre o Movimento Duplo: a sociedade britânica operou uma reação espontânea de autodefesa contra a utopia destrutiva do mercado autorregulado, abandonando a apatia pura até então apregoada e intervindo através de saúde pública, educação e leis fabris. Este processo marcou a crise da liberdade negativa (Berlin, 2002), entendida como mera ausência de impedimento, e a ascensão da liberdade positiva, baseada na percepção de que o indivíduo só é verdadeiramente livre quando o Estado garante as condições mínimas para sua reprodução e desenvolvimento (Polanyi, 2000).

Em resumo, a transição da Hegemonia da Indiferença para a gênese das políticas públicas não foi um processo linear ou puramente benevolente, mas uma reorganização forçada das prioridades estatais perante o colapso da vida na periferia e seus reflexos na sociedade como um todo. Se os dados de Chadwick e as teorias de Polanyi oferecem o diagnóstico macroestrutural dessa crise, a compreensão plena de sua dimensão humana exige a observação da experiência cotidiana. É nesse hiato entre a estatística fria e a sobrevivência biológica que se insere o estudo de caso a seguir. Através da análise do romance *A armadura da luz*, o objetivo é personificar esses conceitos teóricos, observando como a coerção estrutural e a busca pela liberdade positiva moldaram as trajetórias de indivíduos reais imersos no caldeirão de Kingsbridge (Follett, 2023).

3 O ROMANCE HISTÓRICO COMO ESTUDO DE CASO: KEN FOLLETT E A SAGA DE KINGSBRIDGE

A escolha metodológica de utilizar a obra *A armadura da luz*, de Ken Follett, como objeto de análise para a compreensão do papel do Estado na Revolução Industrial, encontra respaldo em uma sólida linhagem de pensadores contemporâneos. Longe de ser apenas um exercício de crítica literária, este caminho permite ao historiador acessar as camadas silenciosas da história, onde a Hegemonia da Indiferença operou com maior eficácia (Groot, 2009).

A base desta escolha sustenta-se no conceito de Linda Hutcheon sobre a Metaficção Historiográfica. Hutcheon argumenta que a história oficial é, muitas vezes, um discurso de poder que seleciona o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Ao utilizar Follett, o trabalho não busca fatos isolados, mas sim a representação das subjetividades que foram deliberadamente apagadas pelos documentos oficiais da *City of London* (Hutcheon, 1991).

É interessante também considerar os aspectos considerados por Hayden White no sentido de que o relato histórico é sempre uma trama construída sob uma perspectiva política. Ao identificar a indiferença como uma construção ativa, é utilizada a literatura para ques-

tionar a narrativa liberal de que o Estado era mínimo por neutralidade técnica (White, 1994).

White valida a ideia de que a verdade de uma época pode ser compreendida através das estruturas narrativas. Assim, a Luz em Follett, que ilumina o progresso tecnológico enquanto deixa a dor social na sombra, é a materialização estética da Hegemonia da Indiferença que se pretende demonstrar (White, 1994).

A validade de Kingsbridge como um laboratório de políticas públicas pode ser ba-
lizada por Georg Lukács, que descreve o personagem típico como aquele que concentra
em si todas as tensões de uma classe em determinado momento histórico (Lukács, 2011).

Complementarmente, Jerome de Groot afirma que o romance histórico moderno
permite ao leitor contemporâneo uma percepção crítica sobre a violência institucional. O
uso dessa obra de ficção serve, portanto, como um simulacro da realidade que permite ob-
servar como a proteção jurídica da City e a geografia do isolamento afetavam a saúde do
cidadão comum (Groot, 2009).

Além disso, o uso da literatura como ferramenta de análise nas ciências sociais
permite o acesso à experiência vivida que, muitas vezes, escapa à frieza dos dados estatís-
ticos e dos relatórios oficiais. Nesse sentido, a obra de Ken Follett (1949-) destaca-se pelo
rigoroso trabalho de reconstituição histórica, transformando o gênero do romance histó-
rico em um estudo de caso narrativo sobre a evolução das sociedades e do papel do Esta-
do (Follett, 2023).

3.1 METODOLOGIA E REFERÊNCIAS DO AUTOR

Ken Follett é amplamente reconhecido por sua pesquisa documental exaustiva.
Para a construção de suas tramas, o autor utiliza uma vasta bibliografia de fontes primá-
rias e secundárias, contando com o auxílio de historiadores e especialistas para validar de-
talhes de arquitetura, direito consuetudinário, práticas médicas e dinâmicas econômicas.
Sua obra se apoia na consultoria de historiadores renomados, como Emma Griffin, espe-
cialista em história social da Revolução Industrial, e Roger Knight, autoridade na adminis-
tração do Estado britânico durante as Guerras Napoleônicas. A utilização dessas referên-
cias permite que a análise literária deste trabalho esteja ancorada em uma sólida base his-
turiográfica sobre o desenvolvimento das instituições e das primeiras regulações sociais
na Inglaterra (Thompson, 1987).

Sua principal referência técnica reside na análise das tensões de classe e na forma
como o progresso tecnológico desafia as estruturas de poder vigentes. Na saga de Kings-
bridge, Follett adota uma perspectiva que dialoga com a história das mentalidades, expon-
do como as mudanças macroestruturais impactam a micro-história dos indivíduos, for-
çando a redefinição de direitos e deveres entre governantes e governados (Follett, 2023).

3.2 A SAGA DE KINGSBRIDGE: UM MILÊNIO DE TRANSFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

A saga de Kingsbridge, composta por cinco volumes escritos por Ken Follett, vai
além da ficção de entretenimento, podendo ser utilizada como um vasto laboratório de
análise histórica e social de longo prazo (Groot, 2009). Ao longo da série, o autor estru-
tura uma narrativa monumental que acompanha a evolução da civilização britânica por qua-
se um milênio, permitindo que o pesquisador observe a lenta arquitetura do Estado e as

sucessivas metamorfoses na exploração das forças produtivas (Follett, 2023). Essa abordagem metodológica ampara-se no que a teoria literária classifica como metaficção historiográfica, uma vez que a obra utiliza a estrutura de um microcosmo ficcional em constante transformação para dar visibilidade às tensões de classe e às dinâmicas de poder que os relatórios oficiais frequentemente buscam ocultar (Hutcheon, 1991).

A forma de escrita de Follett caracteriza-se por um rigoroso detalhamento cotidiano aliado ao uso estratégico do personagem típico, operando sob uma lógica onde figuras anônimas concentram em si todas as contradições estruturais de sua respectiva época (Lukács, 2011). Diferente da historiografia tradicional centrada exclusivamente em monarcas, exércitos e tratados diplomáticos, o autor desloca a perspectiva analítica para a base da pirâmide social, expondo a vulnerabilidade biológica e jurídica dos despossuídos perante as decisões tomadas nos centros de poder (Groot, 2009). Essa técnica narrativa singular permite que se analise a história através da experiência vivida e material, compreendendo como abstrações econômicas ou leis elaboradas no isolamento dos parlamentos se convertem em fome, opressão ou resistência física nas ruas de uma cidade periférica (Follett, 2023).

A progressão da saga, quando analisada por sua linha do tempo histórica e não pela ordem comercial de publicação, uma vez que *O crepúsculo e a aurora* foi lançado após *Coluna de fogo*, sendo, portanto, uma *prequel*, ilustra a lenta consolidação da propriedade privada e do poder institucional repressivo do Estado britânico (Follett, 2023). O primeiro volume no sentido da cronologia histórica, intitulado *O crepúsculo e a aurora* e ambientado no limiar do ano 1000, retrata o caos das invasões vikings e a profunda ausência de um Estado protetor, momento em que a sobrevivência dependia da transição da barbárie para os primeiros rudimentos de um pacto social local (Follett, 2023). Em seguida, *Os pilares da terra*, situado no século XII, expõe o brutal fortalecimento do poder eclesiástico e feudal durante a anarquia inglesa, enquanto *Mundo sem fim*, no século XIV, demonstra o colapso desse sistema feudal após a Peste Negra, marcando a ascensão embrionária de uma classe mercantil e os primeiros levantes coletivos pela valorização das forças produtivas, frente à escassez de mão de obra (Groot, 2009).

O quarto volume da série, denominado *Coluna de fogo*, avança para o século XVI revelando a institucionalização da vigilância estatal sob o pretexto das guerras religiosas elisabetanas, ilustrando como o aparato público começou a aprimorar suas ferramentas de controle, punição e espionagem sobre a população (Follett, 2023). Por fim, esse milênio de transformações culmina em *A armadura da luz*, objeto central desta pesquisa, que abrange o período de 1792 a 1824 e expõe o clímax da desestruturação social imposta pela Revolução Industrial (Follett, 2023). A leitura integrada desses cinco recortes temporais revela que a desumanização operada pela hegemonia da indiferença no século XIX não foi um acidente fortuito provocado pela ascensão das máquinas, mas o resultado sofisticado de séculos de aprimoramento institucional do Estado britânico, que gradativamente substituiu a brutalidade física medieval por uma coerção estrutural e legalizada (Hutcheon, 1991).

Para fins de sistematização analítica, a evolução cronológica desse aparato de poder e suas respectivas configurações político-institucionais ao longo da saga de Kingsbridge encontram-se sintetizadas na tabela a seguir (Follett, 2023):

Tabela 1: A Metamorfose Institucional do Estado na Saga de Kingsbridge

Obra	Período e Evento Chave	O “Estado” em Kingsbridge
<i>The evening and the morning</i>	997-1007 (Final da Idade das Trevas): Invasões Vikings.	Ausência de Estado centralizado: O poder é exercido pelo uso da força e localizado nas mãos do nobre ou a autoridade religiosa, que detêm o poder. Impera a insegurança.
<i>The pillars of the earth</i>	1123-1174 (Idade Média Central): A Anarquia Inglesa.	Estado em Disputa: A guerra civil entre Estevão e Matilde mostra um Estado fragmentado. A Catedral surge como um dos poucos centros de ordem e política social (amparo aos pobres via Igreja).
<i>World without end</i>	1327-1361 (Baixa Idade Média): A Peste Negra.	Estado com ação na área social: Pela primeira vez, o Estado busca regular salários e movimentos (Estatuto dos Trabalhadores) para conter o colapso do sistema feudal pós-peste.
<i>A column of fire</i>	1558-1620 (Era Elisabetana): Guerras Religiosas.	Estado de Vigilância: O nascimento do serviço secreto e da diplomacia. O papel do Estado visa a manutenção da paz interna contra os conflitos religiosos.
<i>The armour of light</i>	1792-1824 (Revolução Industrial): Guerras Napoleônicas.	Estado Fiscal-Militar: O foco da pesquisa. Um Estado que extrai recursos para a guerra externa, mas mantém uma marcante indiferença perante a crise interna da periferia industrial.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Com base nessa trajetória milenar de consolidação das estruturas de controle soberano, torna-se viável estreitar a escala de observação para compreender como a própria identidade geográfica da cidade periférica reflete o embate direto contra as diretrizes emanadas do centro metropolitano (Briggs, 1990).

3.3 KINGSBRIDGE: A BIOGRAFIA DE UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Para compreender a gênese das políticas públicas em *A armadura da luz* (2023), é preciso entender que a cidade de Kingsbridge não é um cenário estático, mas um personagem coletivo. A Hegemonia da Indiferença analisada nesta pesquisa não surge no vácuo; ela é fruto de mil anos de tensões entre o poder central e a periferia. Ao observar a evolução da cidade através do conjunto das cinco obras de Ken Follett, que abarcam do período das invasões vikings no final da Idade das Trevas até 1824, com a revogação das Combination Acts, percebe-se que os problemas enfrentados pelos seus cidadãos são ecos de lutas ancestrais por direitos, justiça e dignidade (Follett, 2023).

Assim, a escolha de utilizar a obra *A armadura da luz* como objeto de análise permite acessar as camadas silenciosas da história, onde a Hegemonia da Indiferença operou com maior eficácia. Ao contrário dos documentos oficiais da City de London, a ficção historiográfica possibilita observar como o resguardo jurídico do centro financeiro afetava a saúde do cidadão comum na periferia (Groot, 2009).

A cidade funciona como um microcosmo da Inglaterra. Ver personagens de livros anteriores tornarem-se nomes de lugares, mitos locais ou ancestrais de famílias operárias cria uma sensação de continuidade. Onde antes havia o caos das invasões vikings, surge

A hegemonia da indiferença e a gênese das políticas públicas: o liberalismo da City of London em Ken Follett

a pedra da catedral; onde havia a servidão feudal, surge o contrato de trabalho industrial. Essa perspectiva permite se observar a transição da vontade do senhor para a regra do Estado (Lukács, 2011).

O título da obra, extraído da epístola de Paulo aos Romanos (rejeitemos as obras das trevas e vistamo-nos das armaduras da luz), serve como uma metáfora essencial para esta pesquisa. A Luz representa o conhecimento técnico (simbolizado pelo Tear de *Jacquard*) e a consciência política, enquanto a Armadura é o conjunto de garantias coletivas e políticas públicas que começam a ser gestadas para proteger o indivíduo da coerção estrutural do capital. Dessa forma, Kingsbridge funciona como um espaço onde as tensões do liberalismo clássico e da *Old Corruption* vão se tornando cada vez mais evidentes (Follett, 2023). Esta associação entre os títulos das obras, suas respectivas referências litúrgicas e os desdobramentos de cunho institucional que demarcam o avanço civilizatório na ilha britânica revela-se estruturada na matriz apresentada abaixo (Follett, 2023):

Tabela 2: Matriz de Títulos, Alegorias Litúrgicas e Significados Institucionais

Obra	Referência Bíblica / Litúrgica	Significado Histórico e Institucional
<i>The Evening and the Morning</i> (997-1007 d.C.)	Gênesis 1:5: “E foi a tarde e a manhã...”	O fim da Idade das Trevas e o nascimento do Direito e da ordem urbana embrionária.
<i>The Pillars of the Earth</i> (1123-1174 d.C.)	1 Samuel 2:8: “...porque do Senhor são os pilares da terra.”	A consolidação do sistema feudal e o papel da Igreja e do trabalho artesanal como sustentáculos da sociedade.
<i>World Without End</i> (1327-1361 d.C.)	Doxologia <i>Gloria Patri</i> : “...in saecula saeculorum” (pelos séculos dos séculos).	A resiliência social perante a Peste Negra; a continuidade das instituições apesar do colapso demográfico.
<i>A Column of Fire</i> (1558-1620 d.C.)	Êxodo 13:21: “...de noite numa coluna de fogo, para os iluminar.”	Os conflitos religiosos da Era Moderna e a busca por um Estado que garanta a paz interna através da inteligência.
<i>The Armour of Light</i> (1792-1824 d.C.)	Romanos 13:12: “...rejeitemos as obras das trevas e vistamo-nos das armaduras da luz.”	A Revolução Industrial e a educação como formas de proteção do trabalhador contra a exploração sistêmica.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A análise integrada dessas alegorias sugere que a busca por amparo institucional e por uma regulação protetora se traduz em uma transição constante de forças que ganha materialidade nas trajetórias individuais dos sujeitos. A seguir, analisa-se como os personagens personificam a transição da insensibilidade estatal para a regulação necessária (Hutcheon, 1991).

3.4 O COLAPSO DO PATERNALISMO E A INDIFERENÇA RURAL

A trajetória de Sal Clitheroe inicia-se com a ruptura do último laço do paternalismo agrário. Seu marido, Harry Clitheroe, sucumbe a uma negligência administrativa desregulamentada: um acidente tecnicamente evitável, precipitado pela imprudência de Will Riddick, filho do senhor das terras. Tal responsabilidade era de conhecimento da comunidade, inclusive do *Squire* Riddick, que acumulava a função de Juiz de Paz local. A solução institucional oferecida não foi a justiça reparatória, mas o encaminhamento ao Auxílio aos Pobres (*Poor Laws*). Contudo, a natureza discricionária desse auxílio, gerido pela

A hegemonia da indiferença e a gênese das políticas públicas: o liberalismo da City of London em Ken Follett

Igreja Anglicana, impunha barreiras ideológicas: por ser metodista, Sal enfrentava o risco de exclusão do benefício, demonstrando como a assistência estatal era mediada pelo filtro da moralidade oficial (Thompson, 1987).

Nesse cenário, o Reverendo George Riddick, irmão do agressor, opera uma caridade predatória: aceita subsidiar o aluguel de Sal sob a condição de converter o trabalho infantil de seu filho de seis anos, Kit, em uma mercadoria para o solar. Essa dinâmica ilustra a perversidade da gestão social da época: o Estado e a Igreja não aliviavam a miséria, mas a utilizavam como alavanca para a exploração do trabalho, inclusive infantil (Follett, 2023).

A agressão subsequente de Sal a Will Riddick deve ser lida não apenas como um ato impulsivo, mas como a explosão da sua dignidade contra uma insensibilidade que não poupava nem a integridade física da criança. O julgamento que se segue é uma aberração jurídica e administrativa: o *Squire* Riddick atua simultaneamente como pai do agressor e juiz da vítima, selando o que esta pesquisa denomina como Geografia do Isolamento (Briggs, 1990).

Ao ser condenada a escolher entre o suplício físico (36 chibatadas) ou o degredo (expulsão da vila), Sal sofre o processo de desterritorialização amparado pela Lei de Assentamento de 1662 (*Settlement Act*). Sem o vínculo legal com sua paróquia de origem, ela perde o direito à seguridade social, tornando-se uma apátrida paroquial: uma trabalhadora despojada de direitos, impedida de voltar e juridicamente vulnerável em qualquer destino (Polanyi, 2000).

Essa transição simboliza a vitória do direito positivo liberal, focado na proteção da propriedade e na punição da resistência social, sobre o antigo direito consuetudinário. Ao ser lançada à estrada, Sal Clitheroe deixa de ser uma camponesa protegida pelos velhos costumes para se tornar mais uma potencial operária urbana (Follett, 2023).

3.5 JOSEPH HORNBEAM: A CAPTURA DO ESTADO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TRAUMA

Joseph Hornbeam personifica a execução da Hegemonia da Indiferença na periferia industrial. Diferente da aristocracia em declínio, Hornbeam ascende ocupando cargos públicos para fins predatórios, como ilustrado na *Old Corruption* do fornecimento militar. Através do sistema de off-reckonings, ele lucrava com contratos de fardamentos de baixíssima qualidade, enquanto o Estado se declarava impedido de regular o preço do pão para aliviar a fome nas cidades. Essa indiferença seletiva revela a ausência de mecanismos de *compliance* e a simbiose entre o rentismo do centro e a precarização da base produtiva (Thompson, 1987).

Sua atuação como Magistrado revela a métrica da crueldade liberal: a condenação à morte de um jovem pelo furto de 5 pences prova que, para o sistema legal da época, a vida do pobre era inferior a uma unidade insignificante de propriedade privada. Hornbeam manifestava-se como representante de um Estado máximo na repressão e mínimo na assistência, utilizando o judiciário para impor uma pedagogia do medo. Paralelamente, valia-se do endividamento como arma para canibalizar o capitalismo ético de Amos Barrowfield, provando que a liberdade de mercado era, na prática, a liberdade para a monopolização via asfixia financeira (Polanyi, 2000).

Como gestor das paróquias, Hornbeam foi um dos arquitetos do desmonte das *Poor Laws*, defendendo que a assistência fosse propositalmente degradante. Essa política

ca de assistência negativa visava a deflação salarial, forçando a entrada massiva de vulneráveis nas fábricas. Tal dureza reflete a identificação com o opressor: filho de uma executada pelo Bloody Code, Hornbeam expurga o próprio trauma convertendo a vulnerabilidade alheia em eficiência rentista para a *City*. Por fim, ao utilizar as *Combination Acts* para criminalizar lideranças como Spade Shoveller, ele garantia que a resistência permanecesse desarticulada, impedindo que a questão social se transformasse em direito político (Hobsbawm, 1977).

3.6 AMOS BARROWFIELD: A ÉTICA DE INTEGRIDADE FRENTE À *OLD CORRUPTION*

Enquanto Hornbeam personifica a captura do Estado, Amos Barrowfield representa a tentativa de inserção de uma ética de integridade no ambiente hostil das contratações públicas do século XIX. Sua conduta como comerciante de tecidos oferece um contraste direto com as práticas de nepotismo e fraude vigentes no sistema de fornecimento militar. Ao buscar fornecer fardamentos de qualidade, baseando-se na durabilidade e eficiência técnica, Amos colidiu com a barreira da corrupção institucionalizada e a exigência de faturamento fraudulento para alimentar o sistema de *off-reckonings*. Orientado por sua ética metodista, recusou-se a participar do superfaturamento de insumos degradados, selando sua falência parcial. Assim, Amos simboliza o conflito entre a probidade administrativa e a estrutura sistêmica que premia o agente corrupto; sua trajetória ilustra que, sob a Hegemonia da Indiferença, a conduta ética individual é insuficiente sem mecanismos de controle externo e transparência que protejam o fornecedor íntegro da concorrência desleal operada por elites capturadas (Follett, 2023).

3.7 A BATALHA PELA LUZ: EDUCAÇÃO E DISPUTA HEGEMÔNICA

A relação entre Amos Barrowfield e Elsie Latimer ressalta a importância da educação como política pública embrionária. A criação da Escola Dominical em Kingsbridge não foi um ato de caridade isolado, mas uma fenda na supremacia da elite que pretendia manter o operariado no analfabetismo funcional para facilitar o controle social. O conflito entre Elsie e seu pai, o Bispo de Kingsbridge, revela uma faceta crucial da gestão estatal anglicana: a indiferença só era abandonada quando o poder institucional sofria ameaça de concorrência. Inicialmente, o Bispo opôs-se à alfabetização, argumentando que o conhecimento tornaria a classe trabalhadora insubordinada. Contudo, a autoridade eclesiástica cedeu quando Elsie utilizou o argumento da concorrência hegemônica: se a Igreja Anglicana não educasse, os metodistas o fariam, retirando o controle subjetivo da massa trabalhadora das mãos do Estado. Dessa forma, a autorização para a escola nasceu de um pragmatismo reativo, provando que a elite utilizava a indiferença como política de Estado, permitindo o acesso ao conhecimento apenas como estratégia defensiva (Thompson, 1987).

3.8 A SOCIEDADE SOCRÁTICA E AS FRIENDLY SOCIETIES: A CONTRA-HEGEMONIA ORGANIZADA

Diante da omissão estatal em prover serviços básicos e representação, a periferia industrial criou suas próprias tecnologias de sobrevivência e educação política. A Sociedade Socrática, liderada por Spade Shoveller, encontra seu equivalente histórico nas *Corresponding Societies* e nos clubes de debate radical do final do século XVIII, como a *Lon-*

don Corresponding Society. Esses espaços funcionavam como núcleos de educação não formal onde operários discutiam obras como *Os direitos do homem*, de Thomas Paine, re-presentando a educação política como ferramenta de ruptura da indiferença: ao compreenderem os mecanismos do Estado e da economia, os trabalhadores deixaram de ser meros objetos de exploração para se tornarem sujeitos de demanda política (Paine, 2005).

Simultaneamente, essa articulação política era sustentada por uma rede de proteção material: os clubes de ajuda mútua (*Friendly Societies*). Operando como um sistema embrionário de seguridade social autogerida na ausência de políticas públicas de saúde, previdência ou auxílio-funeral, os trabalhadores criavam fundos comuns para amparar viúvas, órfãos e enfermos. Tais sociedades eram a resposta pragmática à apatia da *City of London*; enquanto o centro financeiro priorizava o Padrão-Ouro e a solvência da dívida pública nacional, o trabalhador na periferia organizava sua própria rede de proteção biológica. Este fenômeno materializa o que Karl Polanyi define como o Movimento Duplo: uma reação espontânea da sociedade para proteger a vida contra os efeitos destruturantes de um mercado desregulado e de um Estado propositalmente omissivo (Polanyi, 2000).

3.9 CORN LAWS E A ECONOMIA MORAL DA MULTIDÃO

A indiferença estrutural do Estado Fiscal-Militar priorizava a dívida e a guerra em detrimento do abastecimento, protegendo o lucro rentista via *Corn Laws*. Em *A armadura da luz*, a reação a essa política culmina na cena em que a multidão, liderada por Jenny, intercepta o navio que exportava o trigo de Kingsbridge. Ao se apropriarem do carregamento para vendê-lo aos habitantes pelo preço justo, devolvendo posteriormente o valor arrecadado ao proprietário, os personagens personificam a economia moral de Thompson (1987). Tal ação coletiva demonstra que, diante da omissão estatal e da exportação da fome, a periferia impunha sua própria regulação ética, fundamentada no direito humano à subsistência acima da lógica de mercado da City (Thompson, 1987).

3.10 O DESFECHO DE 1825: A RUPTURA DA MORDAÇA LEGAL

O arco final da narrativa de Follett culmina em 1824 com a revogação das *Combination Acts*. Durante décadas, líderes como Spade Shoveller operaram sob o risco da força ou do degredo para manter acesa a chama da organização coletiva. A revogação dessas leis marca a primeira grande derrota da Hegemonia da Indiferença e o nascimento da regulação moderna (Hobsbawm, 1977).

A vitória de Spade e dos tecelões de Kingsbridge ilustra que a união entre conhecimento técnico e organização política gerou forte pressão no Estado liberal para a gradativa adoção de políticas públicas. Entretanto, a análise desse longo processo de dor e resistência na Inglaterra levanta uma questão fundamental sobre se este teria sido o único caminho possível para a civilização humana (Polanyi, 2000).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa investigou as transformações no papel do Estado durante a Revolução Industrial britânica (1792-1824), utilizando a obra *A armadura da luz*, de Ken Follett, para analisar a gênese das políticas públicas. Demonstrou-se que a omissão estatal perante a crise social da periferia não foi acidental, mas uma construção política aqui

denominada Hegemonia da Indiferença. A aparente passividade dessa indiferença era, na verdade, o resultado de uma hegemonia cultural ativa. O arcabouço teórico fornecido por intelectuais orgânicos como Malthus e Ricardo não defendia abertamente a exploração, mas validava a inação como uma das respostas científicas mais balizadas por uma suposta visão racional. A Hegemonia da Indiferença descreve, portanto, um estado de dominação no qual a própria omissão estatal é vivida e defendida como um dogma natural e virtuoso, configurando um triunfo supremo da ideologia sobre a empatia. Ao responder ao problema central, sugeriu-se que a liberdade negativa apregoada pela *City of London* funcionava como uma coerção estrutural, na qual o Estado liberal utilizava seu braço pesado para garantir a rentabilidade do capital e a repressão coletiva, simulando neutralidade técnica diante da precarização biológica do operariado. A hipótese central foi explicitada: a fratura geográfica entre Londres e a periferia produtiva sustentou essa indiferença. Amparada por privilégios históricos, a elite financeira converteu

Assim, a transição para a regulação social, impulsionada pelo Movimento Duplo de Polanyi, marcou a ascensão da liberdade positiva. Essa transição, contudo, foi um processo secular. Se o pânico biológico dos relatórios sanitários de Chadwick forçou a mão do Estado liberal no século XIX, a consolidação do que viria a ser o Estado Social exigiu séculos de uma contínua guerra de posição. O germe dessa transformação, no entanto, já estava plantado no momento em que o Estado britânico reconheceu que a indiferença não era mais uma política de sobrevivência sustentável.

A análise histórica evidencia a indiferença como uma escolha deliberada de priorizar a eficiência fiscal-militar sobre a dignidade humana. Para o campo das políticas públicas e para o controle exercido por instituições como o Tribunal de Contas, o legado desta pesquisa é a compreensão de que tal postura não representa mera neutralidade técnica, mas uma forma de omissão institucional que pode ser objeto de reflexão pelos gestores públicos e pelos mecanismos de controle. Sugere-se, para estudos futuros, a aplicação deste modelo em outras constituições do Sul Global, visando descolonizar a historiografia das políticas de proteção social.

REFERÊNCIAS

- Allen, Robert C. *Enclosure and the Yeoman*. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- Bentham, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- Berlin, Isaiah. *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- Briggs, Asa. *A social history of England*. London: Penguin Books, 1990.
- Ferguson, Niall. *A ascensão do dinheiro: uma história financeira do mundo*. São Paulo: Planeta, 2008.
- Follett, Ken. *A armadura da luz*. Tradução de Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Arqueiro, 2023.
- Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Groot, Jerome de. *The historical novel*. London: Routledge, 2009.

Hobsbawm, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Hutcheon, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

Karn, Nicholas. William the Conqueror's writ for the City of London. *Historical Research*, v. 96, n. 271, p. 3-16, fev. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1093/hisres/htac023>.

Lukács, Georg. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Malthus, Thomas Robert. *Ensaio sobre o princípio da população*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Paine, Thomas. *Os direitos do homem: um dos clássicos da democracia moderna*. 1. ed. Bauru: Edipro, 2005.

Polanyi, Karl. *A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Quesnay, François. *Quadro econômico dos fisiocratas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Ricardo, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Smith, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

White, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.